

# Um enfoque marxista da formação social e econômica na Bolívia: a importância dos Grundrisse e da forma comunidade

Un enfoque marxista de la formación socioeconómica en Bolivia: la importancia de Grundrisse y la forma comunitaria

---

Gladstone Leonel Júnior\*  
 Universidad Federal Fluminense - Brasil  
 gleoneljr@gmail.com

## RESUMO

A compreensão da questão econômica está atrelada à formação do povo boliviano e às suas construções sociais. Em um enfoque marxista, não se pode ignorá-las, da mesma forma em que não se deve deixar de considerar a estruturação peculiar do desenvolvimento capitalista na Bolívia. Diante disso, analisam-se os *ayllus*, capazes de desenvolverem formas comunitárias de sociabilidade dentro de uma estrutura capitalista tardia. Esses elementos apresentam a chave para a compreensão das transformações recentes e aprofundamento das mesmas na Bolívia.

**Palavras-chave:** Marxismo; forma comunidade; *ayllus*; estrutura capitalista; *Grundrisse*

## ABSTRACT

The understanding of the economic issue is linked to the formation of the Bolivian people and its social constructions. In a Marxist approach, one can not ignore them, the same way that one should not fail to consider the peculiar structure of capitalist development in Bolivia. Therefore, we analyze the *ayllus*, able to develop communal forms of sociability within the late capitalist structure. These elements have the key to understanding the recent changes and deepening of the same in Bolivia.

**Keywords:** Marxism; form community; *ayllus*; capitalist structure; *Grundrisse*

## RESUMEN

La comprensión de la cuestión económica está vinculada a la formación del pueblo boliviano y sus construcciones sociales. En un enfoque marxista, uno no puede ignorarlos, de la misma manera que uno no debería dejar de considerar la estructura peculiar del desarrollo capitalista en Bolivia. Por lo tanto, analizamos los *ayllus*, capaces de desarrollar formas comunales de sociabilidad dentro de la estructura capitalista tardía. Estos elementos tienen la clave para entender los cambios recientes y la profundización de los mismos en Bolivia.

**Palabras clave:** marxismo; formar comunidad; *ayllus* estructura capitalista; *Grundrisse*

\*Profesor de la Facultad de Derecho y del Programa de Posgrado en Derecho Constitucional de la Universidad Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil. Doctor en Derecho, Estado y Constitución por la Facultad de Derecho de la Universidad de Brasilia.

Recibido: 18/01/2019 Aceptado: 24/05/2019

## Introdução

A formulação de determinados parâmetros para a reflexão social é uma etapa inconclusa de qualquer análise a ser realizada. Parar nesse ponto é satisfazer-se com os elementos fornecidos pela teoria, sem sequer constatar-los na realidade.

Antes mesmo disso, cabe apreciar as informações debatidas em um cenário concreto. Cenário esse, detentor de um processo histórico próprio, com peculiaridades políticas, econômicas e sociais que cabem ser destacadas. O cenário dessa pesquisa é a Bolívia.

Esse país, cravado ao centro da América Latina, merece destaque pelos relevantes acontecimentos históricos e, no início do século XXI, pelas mudanças apreendidas em âmbito institucional a partir das lutas populares. A realização de um recorte temporal servirá para tratar de algumas questões que ajudam a entender a atualidade boliviana até o momento da promulgação da Constituição do, agora, Estado Plurinacional da Bolívia em 2009.

Ao invés de recorrer a toda uma leitura histórica da Bolívia desde os tempos coloniais ou mesmo na sequência da fundação do Estado boliviano, correndo o risco de tornar o artigo enfadonho, além de desviar o objetivo do mesmo, tratarei de iniciar a abordagem a partir do período da Revolução de 1952<sup>1</sup>, seguindo pelos aspectos finais do regime autoritário, o ascenso e crise neoliberal e a lógica democrático-representativa na sequência.

Um autor que fornece um grande auxílio para se compreender o panorama político boliviano é o intelectual marxista, nascido em Oruro, René Zavaleta Mercado. Ele foi uma figura influente no país, sobretudo durante a segunda metade do século XX. O desenvolvimento das ciências sociais na Bolívia deriva muito desse autor, inclusive as categorias que trabalhou, facilitaram a compreensão das particularidades da formação do povo boliviano, a exemplo da noção de nacional-popular. Ele aborda esse conceito considerando-o possível, somente, ao trazer à tona as figuras dos mineiros e indígenas em contraposição à elite senhorial racista (Zavaleta, 2008).

Zavaleta utiliza a crise como método principal de apreensão da realidade social boliviana. Isso é facilmente visualizado em seus trabalhos, cabendo um destaque para o clássico “*Las masas en noviembre*” (2009), o qual remete às mobilizações populares que marcam o período final da ditadura no país nos idos de 1979.

As reflexões desse momento final da década de 70 na Bolívia podem ser feitas através dos blocos históricos. Zavaleta Mercado aponta o conflito existente entre o bloco dominante que possuía a hegemonia no período ditatorial, formado por setores das forças armadas que compunham o governo. O bloco que trazia um projeto distinto apresentou uma aliança do campesinato<sup>2</sup> sob a direção do proletariado mineiro cuja bandeira principal era a concretização de princípios e as eleições democráticas na sociedade. A crise social serviu para fragilizar o bloco dominante, que se fragmentava em seu interior, a ponto de alguns setores da burguesia deixar de apoiá-lo deslegitimando fortemente sua atuação. “Desde a Revolução de 1952, momento máximo de autodeterminação das massas na Bolívia, houve um confisco constante da liberdade popular”, aponta Rafaela Pannain (NO PRELO). A autodeterminação das massas ou a manifestação da *hiperpotentia*, de fato, se fazia presente, a partir daquela formação social “*abigarrada*”, como diria Zavaleta Mercado, permitindo a convivência de esparsos capitalistas juntamente com atividades pré-capitalistas.

La producción comunitaria o parcelaria en la Bolivia alta, por ejemplo, no sólo es distinta en su premisa temporal agrícola a la oriental, por el número de cosechas y las consecuencias organizativas del trabajo del suelo, sino también a la minera, que es ya la supeditación o subsunción formal en acción. El único tiempo común a todas estas formas es la crisis general que las cubre, o sea la política. La crisis, por tanto, no sólo revela lo que hay de nacional en Bolivia, sino que es en sí misma un acontecimiento nacionalizador. Los tiempos diversos se alteran con su irrupción. Tú perteneces a un modo de producción y yo a otro, pero ni tú ni yo somos los mismos después de la batalla de Nanawa; (...) (Zavaleta, 2009: 216).

O autor boliviano chama a atenção dessa diferenciação do modo de produção no seio social aymara, para o que Álvaro García Linera tratará como forma comunitária ou forma comunidade (2008). Essa convive com o modo

1 A Revolução de 1952 foi um momento de insurgência popular que levou o governo revolucionário a democratizar setores da sociedade boliviana, além de fazer a reforma agrária. Ela teve um forte caráter nacionalista, não se atentando para a construção étnico-cultural plural da sociedade boliviana. Ela perde sua essência com um golpe em 1964.

2 “A atuação dos camponeses *aymaras* durante a crise, na aliança formada em defesa da democracia representativa, marcava uma virada na sociedade boliviana, pois, desde a Revolução de 1952, os camponeses haviam servido de base de sustentação dos governos, inclusive durante o regime autoritário inaugurado com o golpe de 1964”. (Pannain, NO PRELO).

de produção capitalista dependente na Bolívia e a crise foi o elo que unificou o universo composto pela classe trabalhadora junto a essa classe comunal, dando um caráter nacional e popular ao movimento das massas no final dos anos 70.

A composição da sociedade boliviana permitirá compreender a dinâmica das lutas populares. O mesmo García Linera, atual vice-presidente da Bolívia, trata dessa composição enfatizando a diferenciação de regimes civilizatórios existentes, algo que vai além da mera diferenciação do modo de produção. Pois, integra “a matriz cognitiva e os procedimentos de autoridade que regulam a vida coletiva [...] podendo atravessar vários modos de produção”. (2008: 231). Para ele seriam quatro tipos basicamente. O moderno mercantil-industrial, que é focado nos indivíduos com atividades voltadas ao mercado (mineração, indústria, atividades assalariadas, comércio...) e aos serviços em geral, representando ao redor de 20 a 30% das pessoas envolvidas com isso no país. O segundo grupo é daqueles que desenvolvem a atividade mercantil de forma artesanal ou até mesmo dentro da dinâmica camponesa (desde camponeses arrendatários de terra até artesãos). Esse segmento social compõe aproximadamente 68% do emprego urbano caracterizado pela informalidade<sup>3</sup>. No terceiro grupo está a civilização comunal e sua forma própria de funcionamento e desenvolvimento, caracterizado pela gestão comunal da terra e familiar possuindo suas próprias instituições e autoridades. Por fim, a civilização amazônica, com seu caráter itinerante de produção e sendo o grupo que sofreu a maior ausência histórica do Estado. (García, 2008: 232-234).

Uma sociedade em que só, aproximadamente ¼ da população participa diretamente do processo produtivo deve olhar também para outros possíveis setores capazes de comporem a vanguarda compartilhada responsável pelo processo transformador na Bolívia para além do proletariado. Mesmo que seja compreensível sua centralidade, devido à presença do próprio processo de dependência do capital.

### 1. As formas de organização social na Bolívia: a importância da caracterização da forma comunidade

Em sua obra clássica, *A potência plebeia*, García Linera trata de diferenciar as formas de organização dos/as lutadores/as do povo bolivianos/as. Isso permite verificar os instrumentos que terão maior capacidade de enfrentamento às estruturas capitalistas e coloniais, além de indicar quais terão maior capilaridade e capacidade de mobilização na sociedade boliviana.

A forma sindicato é o tipo clássico de organização proletária no mundo, e não seria diferente na Bolívia. Nessa situação, poder-se-á deparar concretamente com a subsunção real dos/as trabalhadores/as ao capital, permitindo a organização do movimento sindicalista. Essa forma organizativa irá gerir aqueles que atuam na produção massiva de bens e possibilitam um maior acúmulo de capital (García, 2008: 276).

A forma sindical possibilitou à auto-organização dos trabalhadores/as e configurou um espaço de exercício pleno de participação e construção democrática direta nas decisões das categorias. Visto que se constrói uma cultura que busca consensos e democracia assembleística naquele ambiente. Esse caráter dava o tom da atuação e da tomada de decisões sindicais. Da mesma forma, que em outros países da América Latina, o reconhecimento dos sindicatos ocorre no fim dos anos 30 e começo dos 40 do século XX. A criação de legitimidade com o reconhecimento do Estado e os contratos com tempo indeterminado, garantindo maior vínculo dos trabalhadores/as à sua função laboral, (García, 2008: 277-280) contribuiu para o êxito da forma sindical na organização de parte dos trabalhadores/as bolivianos.

Diante dessa conjuntura, essa forma de organização da classe trabalhadora assumiu a liderança das lutas e unificou as ações centrais de atuação dos trabalhadores/as, constituindo o instrumento principal de uma vanguarda política. A Revolução Nacional de 1952 teve êxito e derrotou a oligarquia boliviana a partir dessa força político-organizativa, onde a estrutura sindical configurou-se como polo aglutinador das lutas populares, capaz de dirigir as massas naquele período histórico.

Poucos dias após a Revolução surge a COB – Central Obrera Boliviana – que contribui para a consolidação desse processo. A COB ainda seria, ao longo de algumas décadas, a principal voz da sociedade boliviana.

Houve um tempo em que a política tinha como cenários os quartéis e as grandes assembleias operárias. Era o tempo em que as elites se coligavam em torno dos oficiais do exército com mando de tropa e em que a sociedade exercia os seus direitos de cidadania por meio dos sindicatos e organizações em escala nacional (COB). Ditadura militar e cidadania sindical

3 “La agricultura está compuesta de 550 mil unidades domésticas que abarcan al 90% de la población agraria. En el trabajo urbano predominan 700 mil unidades semiempresariales, en tanto que el 65% de empleo urbano lo otorgan estas unidades semiempresariales y familiares.” (Arce, 1999).

eram os pólos ordenadores do campo político de 1964 até 1982. (García Linera apud Iamamoto, 2011: 39).

Já no início da década de 80, com o fim da ditadura e restabelecimento do regime democrático, o então presidente da República, Victor Paz Estenssoro, assina o decreto 21.060 de 1985, o qual prevê um radical corte nos gastos do Estado. Conforme observa Sue Iamamoto, essa medida “[...] causou a demissão de 23 mil mineiros (80% do total). O decreto marcou o início do período neoliberal de reformas estruturais no país” (2011, p. 39).

Nessa época inicia-se o enfraquecimento do Estado com a crescente política de privatização e fragiliza-se a luta sindical, sobretudo da COB como instrumento de protagonismo político na direção das massas. Os trabalhadores/as desempregados passam a compor os grandes bolsões de trabalho informal das grandes cidades ou retornam ao campo. No entanto, levam consigo a forma organizativa e disciplina política sindical, as quais servem em momento posterior para fomentar as lutas no período de crise neoliberal.

Alguns intelectuais optam por trabalhar com outra forma de organização para também compreender a realidade boliviana. A “forma multidão”. A categoria será apresentada pela importância dada a ela por vários intelectuais-orgânicos progressistas bolivianos, mas opto por não trabalhar com a mesma, visto que as categorias já trabalhadas aqui, como classe e bloco histórico são suficientes à análise realizada.

Na Bolívia, ao verificar nas insurreições de 1979, a união do proletariado insurrecionalista e o uso de métodos políticos da luta agrária que rememorou a composição de alianças da Revolução Nacionalista de 1952, Zavaleta caracterizou aquilo como manifestações da “multitud”, ou multidão (2009: 219). Como salientado, essa categoria da “multitud” é, posteriormente, trabalhada por outros autores e autoras como Álvaro García Linera, Raquel Gutierrez, Antonio Negri, Michael Hardt, etc.

Esses dois últimos, Antonio Negri e Michael Hardt, desenvolvem profundamente a categoria, mas não a trabalham desde as formas reais e concretas de enfrentamento ou articulação entre as lutas políticas, econômicas presentes na sociedade (Negri; 2005). Tratam mais de uma mera forma de organização em uma utilização quase abstrata do termo.

Ao contrário de Negri, os autores/as do grupo Comuna<sup>4</sup> dão maior concretude, identificando o sujeito coletivo que atua nessa multidão. Essa foi uma forma muito usada para tratar das manifestações ocorridas após a crise neoliberal com as lutas populares no início do século XXI.

No contexto boliviano, esses intelectuais orgânicos ligados ao Comuna, usavam o termo multidão ou multitud<sup>5</sup> (em castelhano) ao tratar da construção desse corpo de sujeitos coletivos em momentos de crise, os quais a formação transcendia as características clássicas da formação da classe trabalhadora. Estrutura essa concebida de forma horizontal com ênfase na tomada de decisões via participação direta da sociedade, muitas vezes através da assembleia. Diferentemente da ideia de participação liberal, que preza a racionalidade individual.

O poder político emanava de um discurso hegemônico desde a perspectiva trabalhadora e popular, além de possuir uma capacidade aglutinadora e de encaminhamentos adequadas aos problemas daquele momento histórico, o qual permitia imaginar uma ordem política alternativa a partir daquele contexto de ação (Gutierrez et.al., 2007:177).

A multidão se configuraria nas crises, concebida como uma associação de associações onde havia uma mescla de identidades sociais, e até certo ponto, classe, sem uma direção muito clara. Esse termo foi tão debatido, que foi tema central de seminários e obras para aprofundá-lo (Negri et. al., 2008).

Contudo, mesmo que a “multidão” seja um termo importante no contexto estudado, observa-se no processo histórico que apesar da existência do sujeito coletivo, que está à frente das lutas mais recentes na Bolívia, ele prescinde de uma vanguarda compartilhada para dirigir o processo. Sem uma direção, algo que não fica claro na

4 “O grupo Comuna existe desde finais dos anos 1990, e teve como indiscutíveis membros – não necessariamente em todos os momentos – os cinco intelectuais e militantes citados, que serão chamados aqui de membros orgânicos do grupo. O núcleo de organização do grupo, no seu começo, foi sem dúvida composto por Álvaro García, Raquel Gutierrez, Luis Tapia e Raúl Prada”, além de Oscar Vega Camacho. Além de militantes políticos, o “grupo que proporcionava um espaço de discussão política constante e semanal, no qual se reuniam muitos militantes e intelectuais para discutir política e conjuntura boliviana, e por outro lado publicava livros assinados coletivamente.” (Santaella, 2013: 51).

5 Uma diferenciação terminológica fundamental é a distinção de multitud, conforme está exposto nesse tópico, do termo muchedumbre, que na língua castelhana também significa multidão. Contudo, a muchedumbre refere-se à mera articulação de indivíduos com pautas e organizações fluidas. (García, 2004: 44-45).

multidão, não haveria uma alternativa construída de outro projeto político para substituir o, então, vigente.

A última forma de organização popular que cabe destaque é a forma comunidade. Para além dos sindicatos ou da “multidão”, boa parte de indígenas-camponeses se organizam em *ayllus*<sup>6</sup> a partir da forma comunidade, sobretudo aqueles que vivem no altiplano andino. A estrutura civilizatória, cultural, política e tecnológica são distintas das praticadas, em geral, pelos campesinos, e mais distintas ainda dos trabalhadores urbanos. O exercício de poder comunal e descentralizado são reivindicações históricas desses grupos sociais frente ao Estado.

A CONAMAQ - Conselho Nacional de *Ayllus* y Markas de Qullasuyu – a partir de 1997, busca reconstituir esses territórios ancestrais com a recuperação e estímulo aos *ayllus* existentes e as suas formas comunitárias de funcionamento<sup>7</sup>.

A organização CONAMAQ tinha como projeto de larga escala a busca da reconstrução do Qullasuyu, parte sul do Império Inca, baseando-se em mapas coloniais, em reconstruções históricas e no trabalho nas comunidades, com oficinas e atividades dirigidas nesse sentido. Os objetivos do CONAMAQ à época da Assembléia eram conseguir incluir na Constituição o direito à livre determinação, para exercer o autogoverno e a autonomia das nacionalidades e dos povos indígenas originários; com a meta de alcançar o Sumaq Qamaña (Viver Bem), conceito que foi introduzido na política pelo katarista Simón Yampara, segundo ele mesmo. Os modos para obtê-lo: reconstituindo o território, restituindo as autoridades do *ayllu*, e fortalecendo o governo do Qullasuyu. (Schavelzon, 2010: 82).

Os comunários em geral<sup>8</sup>, diferentemente dos campesinos, trabalham em propriedades coletivas e não tem como objetivo imediato a mercantilização da sua produção. Uma boa parte da produção dos *ayllus* serve para o abastecimento das comunidades através das relações correntes entre as famílias da localidade.

Si bien es creciente la parte del producto familiar que se incorpora al mercado y del consumo que se necesita complementar con productos urbanos, no estamos ante campesinos plenamente mercantilizados ni ante comunidades resultantes de la mera agregación de propietarios privados. La comunidad se presenta como una entidad social de vínculos tecnológicos, formas de circulación de bienes y personas, transmisión de herencia, gestión colectiva de saberes y recursos, sedimentación de experiencias, funciones políticas y proyección de porvenir que se antepone y define a la propia individualidad. El mercado de tierras que lentamente se viene practicando en el altiplano, está regulado por compromisos y responsabilidades comunales; la fuerza de trabajo no circula de manera prioritaria como mercancía y si bien existen formas primarias de mercantilización recubierta por la ideología de la reciprocidad, la principal fuente de abastecimiento de fuerza productiva son las redes parentales (...) (García, 2008: 309-310).

Ao analisar o funcionamento do capitalismo dependente na América Latina, nota-se que o modo de produção dominante, além de exploratório, possui um caráter racista, proveniente da herança colonial. Ao deparar essa estrutura com a estrutura da forma comunidade, observar-se-á uma composição civilizatória completamente diferente e suas variadas dimensões, além de não ser concebida desde um critério racista para sua reprodução.

6 Configura um modo de organização tradicional andina, proveniente dos antepassados incas, caracterizado pela utilização de um determinado quinhão de terra, trabalhada, via de regra, de forma coletiva em território comum, sendo alguns deles, vinculados ao mercado urbano.

7 O conselho de governo da CONAMAQ era formado pelos seguintes *ayllus* constituídos e em processo de reconstituição: “Jach’a Karanga; Jatun Killaka Asanajaqi; Charka Qhara Qhara; CAOP; *Ayllus* de Cochabamba; Jach’a Pakajaqi; Sura; Uru; Kallawayaya. (...) Chuwi; Qulla; Larikaja; Yampara; Pueblo afro descendiente, Yapacaní y comunidades originarias de Tarija.” (Conamaq, 2008: 6).

8 “Otras comunidades en cambio, algunas ubicadas en las provincias de Franz Tamayo, Muñecas, Bautista Saavedra, Loayza, pese a los cambios de 1952, no han logrado la plena consolidación de la base para cualquier autonomía económica, la soberanía de la posesión territorial, y entonces mantienen vínculos de dependencia con hacendados o sus descendientes que aún controlan el poder comercial y político local. Sin embargo, la mayoría de las comunidades-*ayllus* que han sostenido las movilizaciones son estructuras productivas, culturales y de filiación que combinan modos de organización tradicionales con vínculos con el mercado (...)” (García, 2008: 309).

A própria democracia comunal demonstra essas diferenças. Os comunários encaminham seus acordos construindo consensos a partir de um horizonte de ação comum. Assim, eles/as criam um caráter vinculativo ao cumprimento desses acordos pelos sujeitos coletivos e individuais, tendo valor de norma o estabelecido (García Linera, 2008: 323). Não é necessário que um representante, em nome da comunidade, crie uma norma em um ambiente institucional para que ela seja cumprida e tenha validade. É a possibilidade de construção de um “sujeito coletivo de direito”, capaz de instaurar novas práticas políticas, abrir espaços sociais inéditos, bem como criar e afirmar direitos (Sousa Júnior, 1997). O modo democrático desenvolvido nos *ayllus* extrapola os mecanismos liberais de democracia e enfrenta o caráter monista dado às normas jurídicas.

A lógica organizativa aliada aos saberes produzidos *in locu* permite avançar nas mobilizações, quando preciso, e cria um sentimento de pertença ao modelar a subjetividade coletiva através da reprodução cultural e das lutas populares historicamente tocadas por esses grupos que vivem nos *ayllus*.

Por mais que atue em um sistema próprio, com uma dependência diminuta em relação à reprodução do capital, Zavaleta Mercado (2009, p. 216) destaca que nos momentos de crise geral, comunários ou não, todos são atingidos de alguma forma. Seja em âmbito político ou econômico revelando, então, o aspecto nacional do Estado, que o autor também trabalha.

Essa relação do modo de produção dominante e a existência de outros que se reproduzem em espaços como os exemplificados nos *ayllus*, através da forma comunidade, serve para compreender, inclusive, as formas de minar as estruturas do capitalismo periférico desenvolvido em um Estado liberalmente montado. Marx já apontou para essa possibilidade no fim da vida, nos idos de 1881, ao abordar sobre o potencial comunista das comunas agrárias na Rússia (1982) na carta que escreve à Vera Zassúlitch. Dessa forma, extrapola a ideia de caminho único, e aponta uma não linearidade da história, enfatizando a “possibilidade de um retorno transformado de elementos de uma comunidade pré-capitalista em condições superiores – isto é, universais-comunistas”. Não se trata de um retorno agrário nostálgico, mas uma possibilidade atual, em um cenário de universalização do capitalismo e troca desigual internacional, de rearticular comunismo e comunidade (Bosteels, 2013, p. 101).

## **2. Aspectos da estrutura capitalista boliviana no século XX e XXI: os *Grundrisse* como referência para um olhar marxista**

A lógica capitalista na Bolívia não é movida, em grande parte, por uma estrutura industrial. A maioria dos trabalhadores e trabalhadoras não estão subsumidos diretamente ao capital. Conforme, já salientado no ponto anterior, não passam de 30% os trabalhadores/as que compõem a massa mercantil-industrial do país.

Zavaleta Mercado elenca em um de seus clássicos, *Lo nacional-popular em Bolívia*, a maneira de estruturação histórica do capitalismo boliviano. Une a inserção da economia do país à lógica imperialista e dependente, estimulada pelo capital, ao destacar a fase de extração de estanho e prata, aliado ao aristocrático reacionarismo agrário (2008, p. 87). Ambas atividades são de fundamental importância para as economias centrais efetivarem a troca desigual, mantendo a Bolívia como um país pobre e exportador de commodities.

En cuanto la acumulación originaria, que se dirige hacia la construcción del mercado generalizado, se puede decir que es también un momento constitutivo de la nación en el sentido capitalista. (...). La expansión del latifundio y el triunfo estatal del libre cambio sin duda configuraban un momento de tal acumulación. (Zavaleta, 2008: 164).

Os investimentos junto ao capitalismo periférico boliviano reforçavam essa postura dependente frente aos países dos grandes centros econômicos. Além disso, a acumulação originária possibilitou a criação de um proletariado composto basicamente por indígenas e mestiços, amparado na dominação racial manifestada através do desenvolvimento capitalista.

A Bolívia não teve sua economia plenamente desenvolvida pelo capitalismo. Lá permaneceram intactas inúmeras estruturas comunitárias de funcionamento próprio, as quais se mantiveram em boa parte da existência histórica, sem qualquer relação com o mercado. Hoje, a maioria exerce alguma relação de troca e complemento com a economia capitalista urbana, mas ainda possuem autonomia frente a esse mercado capitalista pelo padrão e modo de vida que levam, como destacado no tópico anterior.

No século XIX, Marx ao esboçar as linhas gerais do que seria sua obra clássica, *O Capital* (1983), traça impressões gerais a respeito do dinheiro, do próprio capital e da forma de manifestação e desenvolvimento do modo de produção. Essas notas que tratam da crítica à economia política, escritas em 1857-1858, ficaram conhecidas como os *Grundrisse* (2011).

Um tópico em especial interessa à pesquisa ora desenvolvida. Aquele que trata das formas que precederam a produção capitalista. A crescente ampliação do mercado mundial e a constante necessidade de expansão do capitalismo para superação das crises criadas por ele mesmo, fez com que Marx estivesse atento à reprodução social e econômica na Ásia e, em alguma medida, na América. O intelectual comunista apresenta as condições para o trabalho e caracteriza o momento da desvinculação do trabalhador e trabalhadora da terra para gerar força de trabalho para o capitalismo. A terra, sendo o meio e a base material de trabalho, daquele que detinha uma pequena propriedade ou da propriedade comunitária, a partir das experiências asiáticas.

Nessas duas formas, os indivíduos não se relacionam como trabalhadores, mas como proprietários – e membros de uma comunidade que ao mesmo tempo trabalham. A finalidade desse trabalho não é criação de valor – embora eles possam realizar trabalho excedente para trocá-lo por trabalho alheio, i. e., produtos excedentes –; ao contrário, a sua finalidade é a conservação do proprietário singular e de sua família, bem como a da comunidade como um todo. (Marx, 2011: 388)

Essas duas formas de funcionamento, mesmo com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, se mantêm em larga escala. A atividade camponesa baseada na agricultura familiar e inserção no mercado, tanto quanto a atividade indígena-comunitária, ainda forte nos altiplanos andinos, estão presentes na configuração “*abigarrada*” de funcionamento da sociedade boliviana.

Nessas situações, “a terra é o grande laboratório, o arsenal, que fornece tanto o meio de trabalho quanto o material de trabalho, bem como a sede, a base da comunidade” (Marx, 2011: 389). Assim, o excedente produzido pertence tão somente a esse camponês ou à comunidade que o produziu. Naquela comunidade o avanço das práticas agrícolas pode fomentar o surgimento de manufaturas locais e criação de autossuficiência contendo as condições necessárias a maior produção e reprodução da vida (Marx, 2011: 389). Isso é verificado na organização da forma comunidade e sua relativa autonomia frente ao mercado boliviano. Assim, a produção de excedentes pode ser distribuída nessas ou fora dessas comunidades, sem afetar, e boa parte das vezes, sem ser afetado, pela estrutura hegemônica do modo de produção capitalista estabelecido<sup>9</sup>.

Essas comunidades não tendem a uma incorporação automática à lógica do modo de produção hegemônico. As atividades desenvolvidas desde uma lógica pré-capitalista<sup>10</sup> de produção e de outro regime civilizatório ocorrem nos dias atuais, sem o ranço “feudal” ou “atrasado” que se situava quando Marx analisava essa questão. Ele não estudou os povos indígenas e suas características desde a realidade andina, muito menos os conflitos sociais ali correntes, a relação com o Estado e a elite, as contradições presentes, entre outras questões fundamentais.

Uma vez mantida a estrutura civilizatória das comunidades que habitam os *ayllus*, desde a forma comunitária, criam-se condições diferenciadas de produção na atualidade. As formas de associação e controle da produção podem ser aprimoradas, as condições atuais de tecnologia e desenvolvimento são outras, bem diferente do que era na época de Marx, a presença massiva do proletariado, produtor direto de riqueza e potencial aliado das comunidades na luta frente às medidas políticas e econômicas que atingem esses grupos trazem um panorama distinto.

Esse cenário não indica um desaparecimento natural desse modo de vida comunitário com o desenvolvimento da sociedade. Isso se dará, tão somente, com a possibilidade de imposição predatória do modo de produção capitalista dependente sobre essas comunidades, algo que ainda não foi efetivado em larga medida na Bolívia. Da mesma forma, imaginar que o desenvolvimento da sociedade, inclusive dos *ayllus* que vivem em forma comunitária, só ocorrerá com a inserção capitalista nessas comunidades para uma posterior ruptura socialista é repetir uma ortodoxia vulgar, negadora do materialismo histórico dialético e entorpecida por uma colonialidade do saber sem

9 “Mas, o fato de que a história pré-burguesa, e cada fase sua, também tem a sua economia e uma base econômica do movimento, no fundo, é a simples tautologia de que a vida dos seres humanos desde sempre esteve baseada na produção, de uma ou de outra maneira, na produção social, cujas relações chamamos justamente de relações econômicas.” (Marx, 2011: 400-401). Conforme destacado, relações econômicas não necessariamente capitalistas.

10 Ou um socialismo indígena.

igual. O direcionamento da luta de classes tende a mostrar para onde seguirão essas comunidades.

Ao tratar do processo de acumulação primitiva do capital ocorrerá uma separação entre produtor direto e os meios de produção. Algo que, como visto, ocorreu parcialmente na Bolívia. Essa separação será fundamental para o avanço do modo de produção capitalista. Uma das condições para a expansão do capital é a verificação da subsunção real ou formal do trabalho a ele. Isso indicará o alcance e seu potencial de desenvolvimento.

De acordo com a abordagem que Marx faz da categoria, a subsunção formal ocorre após o momento da separação entre produtor direto e proprietário, estando o primeiro subordinado ao último através da venda da sua força de trabalho em troca de salário. Subordinação essa, em regra, amparada na violência e imposição da exploração. Esse é o momento que o valor de uso transmuta-se em valor de troca e o sistema capitalista ganha fôlego extraindo predominantemente do trabalhador/a mais-valia absoluta<sup>11</sup>. Karl Marx definirá a categoria como “a forma geral de todo o processo capitalista de produção; mas é ao mesmo tempo uma forma particular, a par do modo de produção especificamente capitalista [...]” (1978a: 51).

Assim, a expropriação dos trabalhadores/as possibilitará aos proprietários ou possuidores diretos dos bens de produção, a extração de mais-valia através dessa subsunção formal e a retribuição salarial, obviamente, menor que o valor gerado com o trabalho.

No decorrer do avanço capitalista, as forças produtivas também se desenvolvem e agregam valor ao capital constante com a inserção tecnológica. Logo, surgem as máquinas que substituem, em parte, o trabalho dos assalariados/as. A partir desse ponto inicia-se a extração da subsunção real do trabalho. Pois, a relação de exploração ocorre do trabalhador/a assalariado/a em decorrência da ação da máquina extraindo, então, a mais-valia relativa<sup>12</sup>.

Enquanto o trabalho em máquinas agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalho quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. (Marx, 1978b: 43).

O sistema capitalista desenvolvendo-se gera uma maior concentração de renda e riqueza, e o movimento do capital acaba possibilitando a concentração de mercados e formação de oligopólios, como alertou Lenin em sua obra sobre o imperialismo ([1917]1984). O efeito desse cenário potencializado é uma maior miséria e exclusão social no globo, enquanto menos pessoas ficam mais ricas.

Nota-se que na Bolívia, existe um parque industrial limitado e com isso uma subsunção real pouco efetiva. No capitalismo boliviano prevalece a produção de mais-valia absoluta, através da subsunção formal do trabalho ao capital, pois se trata de um país, ainda hoje, grande extrativista commodities minerais e agrícolas, além de ter um reduzido valor da força de trabalho<sup>13</sup>. Uma vez que a economia capitalista periférica alimenta as economias centrais, cria-se uma dependência imposta nessa troca desigual impulsionada pelas políticas imperialistas.

DESCRIPCION:	BOLIVIA	2012
<b>EXPORTACIONES</b>		
EXPORTACIONES (Miles de dólares estadunidenses)		<b>11.793.673</b>
Agricultura, Ganadería, Caza, Silvicultura y Pesca		524.904
Extracción de Hidrocarburos		5.870.952

11 A mais-valia absoluta é caracterizada quando se explora mais os trabalhadores/as para acúmulo e reprodução do capital.

12 A mais-valia relativa, devido ao incremento tecnológico, permite uma maior produção em um mesmo tempo gasto. Logo, não há aumento de valor, o grau de exploração do trabalhador/a mante-se, mas haverá um número maior de mercadorias produzidas do que sem os aparatos tecnológicos intensivos.

13 O problema não está restrito a ausência de industrialização, mas também na redução do valor da força de trabalho boliviana, dos seus respectivos bens-salários essenciais para a sobrevivência dos trabalhadores/as.



Extracción de Minerales	2.074.252
Industria Manufacturera	3.323.564

Tabela 01 – Descrição das exportações bolivianas em 2012.

Fonte: (INE, 2012)

Contudo, já se salientou que parte da produção boliviana não serve ao mercado automaticamente, mas fomenta os *ayllus*, através da forma comunidade. Algumas vezes, a produção que excede às necessidades comunitárias é direcionada ao mercado consumidor. Assim, em geral, ao invés do valor de troca fomentado pelo capitalismo, trata-se de exercício do valor de uso com a produção de bens que fazem parte da necessidade comunal e é socializado naquele meio. “O valor é já uma propriedade social incorporada ao produto, o trabalho em troca é a atividade viva fundadora dessa propriedade, mas exterior à corporalidade do produto” (*tradução livre*) (García, 2009: 49). Logo, o trabalho exercido nos *ayllus*, não são reificados por não estarem subsumidos ao capital, mas tão só para produzir valor a partir da necessidade do produto para a comunidade. O valor será determinado pelo processo social responsável por sua produção.

Importante atentar-se que a territorialidade social de cada ayllu é regida pela própria comunidade e não por outros *ayllus* ou confederações de *ayllus*. Eles constituem-se como diversas nações formadas, basicamente pelo povo aymara. Ademais, a propriedade familiar existente dentro dos *ayllus*, não reproduz a propriedade privada moderna do capitalismo. Ou seja, mesmo que as famílias estejam responsáveis pelo uso da terra, ao invés do uso comunitário, a terra existe como patrimônio familiar direcionado à comunidade, diferenciando-se da propriedade privada da terra que terá sua produção transformada em mercadorias.

En estas condiciones, **(a) la socialidad histórica** similar (de formas de trabajo y propiedad de la tierra, de forma social del producto basada en el valor de uso, de historia sojuzgada, de discriminación y exclusión, de cultura, de cosmovisión expansiva), existente como contenido objetivo unificante, y, **(b) las estrategias inter-ayllus de reconstrucción histórica** de la validez de su existencia a través de la retotalización comunal de la totalización colonial-mercantil (desde la participación en condiciones favorables en el cambio mercantil, la preafirmación del espacio del *ayllu* incorporando a los migrantes, el mantener lazos de comunión festiva-religiosa con los que parten de él dirigiéndose a otros *ayllus* o a actividades urbanas, hasta el proyecto de emancipación general del poder colonial-republicano), en tanto sustancialización subjetiva de una politicidad fusionada de todos los *ayllus* como nación, son los que desempeñan ahora el papel de motor, la fuerza aglutinante que va separando las viejas fronteras locales étnicas (materialmente ya disgregadas por el dominio colonial y republicano) y creando una frontera tendencialmente nacional ante el poder colonial (español, republicano, estatal-boliviano). De este modo, al tiempo de recrearse la unificación primordial (familiar-comunal), de darle certeza histórica, se extiende la definición de espacio social de nación a varios grupos autónomos, pero a la vez independientes, en este terreno de la reproductividad, de la imaginación de ella, de sus formas naturales objetivadas. (García, 2009: 219).

Essa forma de funcionamento dos *ayllus*, nos faz pensar em formas não só antigas e anteriores ao capitalismo, mas pós-capitalistas. Visto que a forma capitalista busca sempre a expansão, uma alternativa ao capitalismo deve ser universal. Os mecanismos de funcionamento dos *ayllus*, em que não há uma submissão do trabalho ao capital e, conseqüentemente, do valor criado, apontam para uma possibilidade que parte da base da sociedade e terá condições de enfrentar o capital desde que seja passível de universalização, ou seja, tendo condições de expandir-se. O trabalho cooperativo tende a ser a forma organizativa mais palpável ao funcionamento dessa força social de trabalho, sendo a produção um momento de criação compartilhado entre a comunidade e construído a partir de um universo cultural e simbólico vivos e não alienantes. As relações de trabalho tendem a uma linha ética entre as pessoas e concebida conforme as variáveis apresentadas pela natureza, sem a lógica de extração crua, da mesma forma que os avanços tecnológicos são comunitários<sup>14</sup> e atendem esses princípios de solidariedade e comunhão

14 “Véase por ejemplo la riquísima tecnología simbólica familiar-comunal de las antiguas y contemporáneas comunidades (aunque en estas últimas, ya de una manera unilateral y fragmentada por 500 años de colonización desestructurante), mediante la cual se fija el inicio de la laboriosidad agrícola, las variaciones en el momento del inicio de las lluvias, de su intensidad, de las posibilidades de granizada, etc., todas ellas imprescindibles para el desarrollo de la eficacia productiva. Aquí se destacan: (a) los métodos de observación

ambiental.

A produção comunal tem suas temporalidades técnico-produtivas que são subsumidas socialmente à produção estabelecida. Logo, é importante o ritual coletivo para uma produção consciente e desejada, satisfazendo a comunidade sem entrar em atrito com a natureza, nem com os deuses que espiritualizam o ambiente (García, 2009: 300). Para os povos aymara, a *pachamama* é considerada ser sagrado, por isso a terra não é tratada da mesma maneira que no modo de produção capitalista. Os territórios dos *ayllus* são assim não passíveis de mensuração pecuniária, pois permitem uma relação interativa entre homem/mulher-natureza-espírito, desde uma cosmovisão construída socialmente naquele meio.

### Considerações Finais

Certamente a compreensão da questão econômica está atrelada à formação do povo boliviano e às suas construções sociais. Não se pode ignorá-las, da mesma forma em que não se deve deixar de considerar a estruturação peculiar do desenvolvimento capitalista na Bolívia.

O que se buscou foi apresentar a estrutura econômica organizativa dos *ayllus* como uma possibilidade existente e que está além do capital. Existem também *ayllus* inseridos na dinâmica do mercado, inclusive com um grau de dependência, que compromete o funcionamento da comunidade uma vez não realizada a venda de excedentes, conforme destaca García Linera em seu clássico, *Forma valor y forma comunidad*.

En unos casos, la estructura interna de un tipo de comunidad es tan estable y cohesionado que le ha permitido sobrevivir con ligeras transformaciones por cientos de años, hasta ser lentamente disgregada, utilizada, fragmentada y explotada por el colonialismo capitalista contemporáneo, como sucede con la comunidad aymara-qhiswahasta nuestros días. En otros casos, por propio desarrollo interno, han surgido jerarquías y divisiones irreconciliables e incontrolables que han diferenciado, en primer lugar, el ámbito de lo público y lo privado; según las especificidades históricas, esto puede dar lugar en ciertos casos a una lenta sustitución de la propiedad comunal por la propiedad privada a medida que se produce la autonomización del control comunal sobre la familia constituida. (2009: 353).

A intenção não é construir uma visão idealizada e romântica de processos concretos que possuem diversos problemas para manterem um modo de produzir e viver relativamente autônomo à dinâmica de mercado. Mas, por outro lado, é demonstrar que existem alternativas possíveis, como essa economia comunitária, que ocorrem paralelamente à expansão do capital e não apresentam sinais de desaparecimento. Ademais, apesar de hegemônico, o capitalismo é algo que está em movimento se impondo, mas também sofrendo resistências e adaptando-se ao avançar das lutas, podendo em determinado momento histórico, ser rompido.

A sobrevivência dessas experiências será possível somente com o fortalecimento da unidade entre os *ayllus*, que em alguns momentos revestiu-se em organização sindical, robustecendo a produção comunal, que não deve limitar-se à comunidade e avançando nessa dinâmica criadora comunitária como um projeto para além do âmbito regional. O contexto da luta de classes forjará o destino da classe comunal.

---

de los cuerpos celestes (el sol y la luna, de las constelaciones); (b) los fenómenos atmosféricos (adelanto o atraso de los vientos, la existencia de remolinos, la presencia de nubes al amanecer, su comportamiento los primeros días de agosto, la humedad de ciertas piedras, el nivel de agua de algunos pozos, el adelanto o atraso de las nevadas, color de las aguas del lago, etc.); (c) el comportamiento de los animales y las plantas (observación del momento de la floración de la kamantira, itapallu, qariwa; la calidad de la formación del llachu, de la yarita, waraqu; momento de la aparición de las patankayas para establecer el fin de la época de lluvias; nacimiento de las crías del jarankuja o la pérdida de su cola para decidir el sembrado de papas; el aullido del kamaki para el inicio de la siembra; el lugar del nido del tuqi o qenola cerca del lago para precisar la ausencia o abundancia de lluvias; el lugar del nido del liqi-liqi en las pampas para establecer si el año será seco o húmedo, etc; la presencia de ciertos animales en el momento de la siembra para preveer buena o mala cosecha); (d) de los signos espirituales (lectura de la hoja de coca, interpretación de los sueños, etc.).” (S. Yampara, Mamani apud García Linera, 2009: 309-310).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arce, C. (1999) Empleo y relaciones laborales. In: *Bolivia hacia el siglo XXI*. La Paz: CIDES-UMSA/CNR/CEDLA/CEB/PNUD;
- Bosteels, B. (2013) *El marxismo en América Latina. Nuevos caminos al comunismo*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional.
- CONAMAQ. (2008) *Plan Estratégico 2008-2013*. La Paz/ Chuquiaguemarka;
- García L., Á. (2004) La crisis del estado y las sublevaciones indígena-plebeyas. In: L. Tapia; Á. García y R. Prada (Ed.), *Memorias de octubre (pp. 27-86)*. La Paz: Muela del Diablo.
- \_\_\_\_\_. (2008) *La potencia plebeya. Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*. La Paz: Prometeo libros/CLACSO;
- \_\_\_\_\_. (2009) *Forma valor y forma comunidad. Aproximación teórica-abstracta a los fundamentos civilizatorios que preceden al Ayllu Universal*. La Paz: CLACSO/ Muela del Diablo.
- Gutiérrez, R.; García L., Á. y Tapia, L. (2007) La forma multitud de la política de las necesidades vitales. In: Á. García; R. Gutiérrez; R. Prada; L. Tapia. *El retorno de la Bolivia plebeya* (pp.143-194). La Paz: Muela del Diablo, 2ed.
- Iamamoto, S.A.S. (2011) *O nacionalismo boliviano em tempos de plurinacionalidade: Revoltas antineoliberais e constituinte (2000-2009)*. Dissertação de mestrado. Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- INE, Instituto Nacional de Estadísticas. (2012). *Bolivia: exportaciones*. Disponível em: <http://www.ine.gob.bo/indice/general.aspx?codigo=50101>. Acesso em: 24 abr. 2014.
- Lenin, V. (1917) *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Editorial Avante, Edições Progresso: Lisboa, 1984. Disponível em: <http://marxists.anu.edu.au/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>. Acesso em 16 jan. 2014.
- Leonel J., G. (2015). *O novo constitucionalismo latino-americano: um estudo sobre a Bolívia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Marx, K. (1978a). Para a crítica da economia política. In: K. Marx (p. 101-132). 2. ed. São Paulo: Ed. Abril Cultural. (Os Pensadores).
- \_\_\_\_\_. (1978b) Livro I, Capítulo VI (inédito) In: *O Capital*. São Paulo: Ciências Humanas. Ltda.
- \_\_\_\_\_. (1982) *Primeiro projeto de resposta à Carta de Vera Zassúlitich*. 1881. Trad. José Barata-Moura. Editorial Avante, Edições Progresso: Lisboa, Disponível em: <http://marxists.org/portugues/marx/1881/03/vera.htm>. Acesso em: 15 jan. 2014.
- \_\_\_\_\_. (1983) *O Capital: crítica da economia política*. Vol. I, tomo I. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Abril Cultural.
- \_\_\_\_\_. (2011) *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Trad. Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- Negri, A.; Hardt, M. (2005) *Multidão*. 2ªed. São Paulo: Record;
- Negri, A.; Hardt, M.; Cocco, G.; Revel, J; García L., Á. y Tapia, L. (2008) *Imperio, multitud y sociedad abigarrada*. La Paz: CLACSO, Muela del Diablo, Comunas, Vicepresidencia del Congreso Nacional Boliviano.
- Pannain, R. N. (NO PRELO) *Crises Políticas. O descompasso entre o poder político e a sociedade*.
- Santaella G., R. (2013) *Intelectuais em movimento: o grupo Comuna na construção hegemônica antineoliberal na Bolívia*. Dissertação de mestrado. Campinas-SP: UNICAMP.
- Schavelzon, S. A. (2010) *A Assembleia Constituinte na Bolívia: Etnografia do Nascimento de um Estado Plurinacional*. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGAS.
- Sousa Júnior, J. G. (1997). Ética, Justiça e Direito. In *Novas sociabilidades, novos conflitos, novos direitos*. Ed. Vozes. Petrópolis;
- Zavaleta M., R. (2008) *Lo nacional-popular en Bolivia*. 2 ed., La Paz: Plural Editores.
- \_\_\_\_\_. (2009) Las masas en noviembre. In: L. Tapia (Comp.) *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO.